

Em busca do rio perdido: a (re)construção do território ribeirinho pós-barragem de Belo Monte

In search of the lost river: the (re)construction of the riverside territory after the Belo Monte dam

Denise da Silva Graça * 

Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos** 

Resumo

Este trabalho buscou analisar a forma como se deu a construção de um território às margens do reservatório de Belo Monte, Altamira, Pará, após a construção da hidrelétrica homônima. Para isso foi realizado um estudo de caso na localidade Palhal, no qual se analisa a forma como foi conduzido o deslocamento compulsório, a nova configuração socioespacial, a recomposição das redes de relações sociais, evidenciando como se dá a reprodução social no novo território, o *território ribeirinho*. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação participante, em trabalho de campo realizado no período de 2018 a 2019. Observou-se que todo o processo de construção do território foi marcado, por um lado, pela violência da expulsão do território tradicional, pelas transformações socioambientais, especialmente aquelas referentes à destruição da beira do rio e ao surgimento de um lago de comportamento desconhecido. E, por outro, pela busca incessante da recomposição das relações sociais preexistentes, de construção de conhecimento sobre o novo ambiente e de estratégias para com ele se relacionar. Concluiu-se que os conhecimentos tradicionais, a rede de relações de parentesco e a resistência política são os fatores mais importantes para a construção do território.

Palavras-chave: comunidade tradicional; território; Rio Xingu; desastre ambiental.

Abstract

This study aimed to analyze the way in which a territory was constructed on the banks of the Belo Monte reservoir, in Altamira, Pará, after the construction of the hydroelectric plant of the same name. For this purpose, a case study was conducted in the locality of Palhal, utilizing semi-structured interviews and participant observation from 2018 to 2019 to analyze how the compulsory displacement was managed, the production of space, and the recomposition of social relationship networks in the Palhal region, highlighting

* Universidade Federal do Pará. E-mail: denise.florestal@gmail.com

** Universidade Federal do Pará. Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (Ineaf).
E-mail: smag@ufpa.br

the form of social reproduction in the new riverside territory. It was observed that the entire process of constructing the territory was marked, on one hand, by the violence of expulsion from the traditional territory and by socio-environmental transformations, especially those related to the destruction of the riverbank and the emergence of a lake with unknown behavior. On the other hand, it was marked by the incessant search for the recomposition of pre-existing social relationships, the construction of knowledge about the new environment, and strategies to interact with it. It is concluded that traditional knowledge, the network of kinship relations, and political resistance are the most important factors for the construction of the territory.

Keywords: traditional community; territory; Rio Xingu; environmental disaster.

Introdução

No trecho inundado pelo reservatório principal da barragem de Belo Monte, no Rio Xingu, viviam diversas famílias em suas ilhas e margens identificadas como comunidades tradicionais - são camponeses que combinavam as atividades de pesca, agricultura e extrativismo (Magalhães; Cunha, 2017). Do ponto de vista étnico, são brancos e indígenas de variadas etnias, unidos por complexas relações interétnicas. Tais identidades e denominações podem apresentar intersecções que podem ser enunciadas pelos próprios sujeitos ou operadas por políticas de reparação destinadas aos diversos segmentos sociais afetados pela obra. Estas identificações indicam formas próprias de se relacionar com o rio e o ambiente circundante, bem como normas êmicas de garantia de coexistência.

Com a expulsão do território tradicional para a construção do complexo hidrelétrico, as famílias, independente da identificação que operam atualmente, tiveram que buscar, por conta própria, formas de garantir a vida, pois as indenizações e as medidas de mitigação praticadas pela empresa responsável pela obra, Norte Energia S.A. (NESA), não asseguraram a manutenção do seu modo de vida, como estava previsto no Plano Básico Ambiental (PBA) da barragem (Magalhães; Cunha, 2017).

Processos de expulsão e de desterritorialização similares têm sido frequentemente registrados na literatura acadêmica que trata sobre o deslocamento compulsório provocado pela implantação de projetos de infraestrutura, notadamente de barragens – seja na Amazônia, seja em outras regiões do Brasil (Daou, 1996; Magalhães, 2007; Sigaud, 1986).

No caso de Belo Monte, chama a atenção o modo como estas famílias reagem à expulsão e como põem em execução a construção de um novo território. Primeiro, as famílias buscaram reorganizar suas vidas com base em princípios de sua organização

social preexistente, em locais afastados do rio. Sem condições de manutenção da reprodução social nesses lugares, passaram a lutar pelo retorno para o rio, por meio de um processo que evoca uma diáspora em que a “recuperação dessa terra originária fixa-se na memória como uma necessidade existencial” (Little, 1994, p.11).

Esse desejo de voltar para o rio¹ foi o elemento unificador desse grupo social (Little, 2002), que a partir da relação com o Estado (especialmente na relação com o consórcio construtor), na luta pelo território, se constitui como um único grupo, que veio a ser denominado “ribeirinho”.

O “retorno para o rio” ainda está em curso, neste ano de 2023, mas podemos observar que foi marcado por dois momentos, o primeiro conduzido pela própria empresa (NESA); e o segundo com a constituição do grupo de acompanhamento interinstitucional², a criação do Conselho Ribeirinho³ e a construção da proposta de ocupação de um novo território – *o território ribeirinho*.

O presente trabalho⁴ tem como objetivo analisar como se deu a construção do novo território, a partir da análise da (re)construção da vida das famílias ribeirinhas e da relação com o ambiente transformado. Trata-se de um estudo de caso realizado no Palhal, localidade às margens do reservatório de Belo Monte, no período de 2018 a 2019, no qual foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, observação participante, conversas informais registros fotográficos e em áudio (Albuquerque *et al.*, 2010). Este texto busca evidenciar o contexto de criação do território, os conhecimentos sobre o ecossistema destruído, a produção do espaço e a recomposição das relações sociais, especialmente, dos grupos domésticos.

¹ Na literatura, foi observado processo de reivindicação similar, de retorno à beira do rio, na Bahia, após a construção da Hidrelétrica de Sobradinho, como pode ser visto em Sigaud (1986), Daou (1996) e Costa (1990).

² O grupo de acompanhamento interinstitucional, composto por representantes do Ministério Público Federal (MPF), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) e o Instituto Socioambiental (ISA) que prestou assessoria para o Conselho Ribeirinho, principalmente através da colaboração de Ana de Francesco, que também realizava pesquisa de doutorado nesse período.

³ “Órgão deliberativo e autônomo destinado a fazer cumprir os princípios de autodeterminação e do autoreconhecimento no processo de reterritorialização” (Ministério Público Federal. Recomendação nº 06/2016/GABI – 7 de dezembro de 2016).

⁴ Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, vinculada ao programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará. Realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Contexto de criação do território ribeirinho

A expulsão das famílias que viviam nas margens e ilhas do rio Xingu teve início em 26 de janeiro de 2011, quando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) concedeu a Licença de Instalação (nº 770/2011) para a Norte Energia, na mesma semana em que também se deu o início da construção da hidrelétrica (Movimento Xingu Vivo para Sempre, 2011). No Palhal e nas demais localidades ao longo do Rio Xingu, primeiro saíram as famílias que residiam nas margens; as famílias que moravam nas ilhas saíram por último. Devido ao modelo indenizatório adotado pela empresa, a falta de documentação referente à posse ou propriedade das famílias que habitavam nas ilhas resultou em baixas indenizações, deixando muitos atingidos sem ter onde morar (Francesco, 2021).

As famílias foram sendo expulsas do rio silenciosamente e sem o devido reconhecimento como comunidade tradicional e, portanto, sem um tratamento adequado que garantisse a reprodução e a reconstituição do modo de vida. Aos poucos as famílias foram buscando apoio junto a diversos movimentos sociais, principalmente junto ao Movimento Xingu Vivo para Sempre, para fazer as denúncias ao Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Estado ou foram denunciando de forma individualizada. No entanto, por mais variado que fosse o caminho institucional adotado, todas as denúncias buscaram formas de voltar para o rio.

Em audiência pública do MPF realizada em 12 de novembro de 2014 para tratar questões referentes à comunidade atingida nas áreas urbanas, os relatos e demandas coletivas dos ribeirinhos se destacaram (Magalhães; Cunha, 2017). Diante de diversos relatos na audiência e outras denúncias desse processo de expulsão, o MPF convocou uma inspeção institucional nas áreas ribeirinhas, ocorrida em junho de 2015. O relatório dessa inspeção apontou 55 constatações de irregularidades no processo (MPF, 2015).

Na inspeção, o relatório apontou que estava em curso um “deslocamento circular de ribeirinhos”, isto é: mesmo depois da expulsão os ribeirinhos voltavam para o rio, mas as condições já não eram as mesmas de antes (MPF, 2015, p.61). Em vista desta característica do deslocamento compulsório dos ribeirinhos na região, uma das recomendações da inspeção foi a possibilidade da permanência das famílias nas ilhas e margens depois do enchimento do reservatório, que até então não havia acontecido.

Em 2015, a Norte Energia iniciou as primeiras destinações de *ponto de ocupação* às margens do reservatório que se estenderam até fevereiro de 2016. *Ponto de ocupação* foi uma categoria criada pela empresa para designar um lugar que não previa a morada permanente, nem a reconstrução do modo de vida; era uma espécie de lugar que seria presumidamente utilizado para a pesca. Nessa ocasião foram ofertadas apenas áreas em ilhas remanescentes e ilhas novas (Francesco *et al.*, 2017). Neste momento não se tinha, inclusive, a definição do total de famílias que havia sido expulsa e que, conseqüentemente, teriam direito a permanecer ou reocupar as áreas do reservatório. A destinação dos chamados *pontos de ocupação* estava sendo conduzida pela Norte Energia sem participação e controle social e sem transparência.

O *ponto de ocupação* correspondia a 9,8ha, com 500m de beira de rio e com um raio de 250m em formato de meia lua, tendo o local da casa como marco central. Essas dimensões foram estabelecidas pela Norte Energia, baseada em uma metodologia usada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em contextos de emissão do Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). A diferença é que a SPU não utiliza o formato meia lua, mas sim um raio de 500m a partir da casa (Villas-Bôas *et al.*, 2017).

Como resultado da persistente luta dos ribeirinhos, em julho de 2016 o MPF solicitou à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) um estudo para analisar as condições sociais e territoriais para a reprodução do modo de vida tradicional denominado “ribeirinho”. O resultado desse estudo foi apresentado em audiência pública em novembro de 2016, identificando violações dos direitos dos ribeirinhos, mostrando que a maneira como estava sendo conduzido o “reassentamento” às margens do reservatório não contemplava todos os ribeirinhos atingidos e não garantia as condições para a reprodução sociocultural do grupo. Recomendou-se a criação de um Conselho Ribeirinho do reservatório de Belo Monte formado por representantes das localidades inundadas, com a finalidade principal de promover o reconhecimento social dos ribeirinhos expulsos em decorrência da instalação da hidrelétrica, bem como coordenar o retorno às “margens do rio”, por meio da criação do *território ribeirinho* (Magalhães; Cunha, 2017).

Junto com o Conselho Ribeirinho foi criado um grupo de acompanhamento interinstitucional, que, juntos, conduziram o processo de reconhecimento social de quem era *ribeirinho*, portanto, potencial morador do novo território. Isto é: realizaram a identificação das famílias que viviam na região antes da barragem e, portanto, com direito

a receber um *ponto* no *território ribeirinho*. O Conselho reconheceu 263 famílias, às quais a Norte Energia acrescentou mais 50 famílias, o que resultou em um total 313 famílias com direito ao *Território Ribeirinho* (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017).

O Conselho apresentou ao IBAMA e à Norte Energia um mapa com a proposta de ocupação de três áreas às margens do reservatório, que vieram a constituir o *Território Ribeirinho*. Em março de 2018, a SPU publicou a portaria “Auto de Demarcação visando a reterritorialização das comunidades ribeirinhas atingidas pela instalação da UHE Belo Monte no rio Xingu”, referente às três áreas pleiteadas para o *Território Ribeirinho* (Brasil, 2018). Em junho do mesmo ano, o Conselho Ribeirinho apresentou uma proposta para a ocupação do *Território Ribeirinho*, que depois foi referendado pela Norte Energia como “Projeto Básico Ribeirinho”⁵ (Associação Brasileira de Antropologia-ABA, 2023).

Em novembro de 2019, o IBAMA deu o parecer favorável ao projeto (Parecer Técnico nº 126/2019-COHID/CGTEF/DILIC), mas até meados de 2023 a Norte Energia não concluiu o levantamento patrimonial das áreas que teriam que ser compradas para compor, integralmente, o *Território Ribeirinho* (ABA, 2023), nem concluiu a destinação do *Território Ribeirinho* à totalidade das famílias reconhecidas.

A ocupação do território Ribeirinho às margens do reservatório

A produção do espaço é um elemento determinante nesse processo de construção do novo território. Diferente do modo de ocupação tradicional – em que as famílias foram ocupando suas áreas de forma espontâneas e de acordo com seus critérios culturais e ambientais –, depois da barragem a ocupação das áreas às margens do reservatório foi engessada pela limitação das áreas disponíveis, pela diversidade de atores implicados no caso e pela forma de condução do processo na primeira fase de ocupação.

⁵ O documento que define os espaços destinados : a) área de moradia e área de subsistência às margens do reservatório da hidrelétrica e dentro de Área de Proteção Permanente (APP), com restrições de uso acordadas – embora assimetricamente construídas – entre a Norte Energia, o IBAMA, as Secretarias de Meio Ambiente municipais de Altamira e Vitória do Xingu, o Conselho Ribeirinho e a Secretaria de Meio Ambiente estadual; b) área de agricultura, instituída fora dos limites da APP e dependente, ainda, da aquisição de terras adjacentes ao *Território Ribeirinho* por parte da Norte Energia.

Primeira fase da ocupação do Palhal – “*pontos de ocupação*”

Esta fase de organização das famílias no território foi estabelecida pela Norte Energia. No geral, uma equipe levava os(as) ribeirinhos(as) até o reservatório e lhes apresentava três *pontos*, lugares que estavam disponíveis para a moradia.

Muitas vezes a escolha do *ponto* era feita de dentro da voadeira, sem possibilidades de descer, olhar a terra e fazer a escolha de acordo com critérios culturais e técnicos das famílias ribeirinhas. Nesta etapa não foram considerados nem mesmo os lugares de origem das famílias e muito menos as relações de parentesco e vizinhança.

“Eu queria lá onde criei meus filhos, mas não estava disponível. A Norte Energia deu três opções, era pra ser três moradores na ilha, no outro lado não deu certo, porque tinha o Eudes que o banzeiro tirou ele, aqui [na morada atual do Ramiro] (Sr. Ramiro).

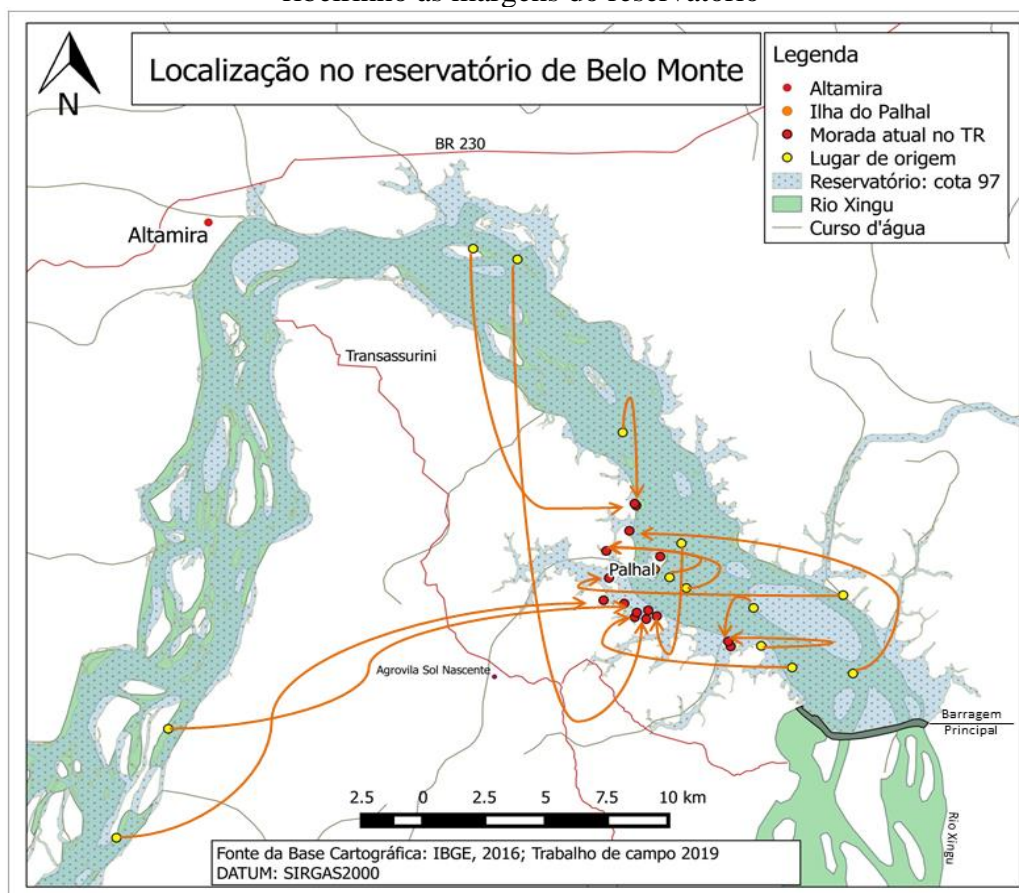
Vale ressaltar que essas famílias foram expulsas e estavam vivendo em outros lugares, principalmente na periferia da cidade de Altamira e nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), criados pela Norte Energia para destinação das famílias urbanas deslocadas compulsoriamente⁶. Muitas famílias ribeirinhas reassentadas nos RUCs estavam em situação de vulnerabilidade social e sem condições de manutenção do seu modo de vida tradicional.

No Palhal, apenas cinco das famílias reassentadas atualmente viviam efetivamente ali antes da expropriação efetivada no antigo Palhal. Das famílias oriundas do deslocamento compulsório efetivado no Palhal, apenas a do Sr. Paraíba (72 anos) conseguiu voltar para o lugar de origem, porém boa parte da sua ilha foi alagada, só restando um “topo de morro”, que consiste em uma área íngreme da ilha do Palhal.

As demais famílias que atualmente estão no Palhal provêm de outras localidades, são elas: Largo da Taboca (1 família); Taboca (2 famílias); Trindade (2 famílias); Cana Verde (2 famílias); Arroz Cru (1 família); Largo do Souza (1 família); Babaquara (1 família) Meranda (1 família). O Mapa 1 mostra a localização aproximada do lugar de origem e da morada atual no reservatório.

⁶ Mais de 18 mil pessoas viveram o deslocamento compulsório nas áreas urbanas, o que representa 21% da população de Altamira antes de Belo Monte, essas pessoas foram compulsoriamente transferidas para reassentamentos urbanos coletivos (RUCs) longe do rio, da cidade e muitas vezes longe de serviços públicos básicos (Rodrigues; Cavalcante, 2022). Nesse contexto, muitas famílias passaram duas vezes pelo deslocamento, no rio e na área urbana também.

Mapa 1 - Localização do lugar de origem das famílias em relação à morada no território
ribeirinho às margens do reservatório



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Dentro das possibilidades ofertadas, os(as) ribeirinhos(as) estabeleceram certos critérios de acordo com as necessidades do grupo doméstico, para decidir a área de ocupação. A metodologia usada para destinações dos *pontos* foi limitada e causou diversas insatisfações. Em 2019, havia no Palhal algumas casas com características de abandono no Palhal, com portas e janelas abertas, sem mobília e não se tem notícias dessas famílias. Segundo informações do Conselho Ribeirinho, essas famílias não se acostumaram ao *ponto* ofertado. Embora tenham chegado a construir as casas, depois as abandonaram.

Segunda fase de ocupação das margens do reservatório – o Território Ribeirinho

A segunda fase da ocupação na prática depende da efetivação do projeto Básico do *território ribeirinho*, que em meados de 2023 ainda não foi realizado. Isto é, diversas famílias ainda esperam esse retorno para o rio, ou melhor, para o *Território Ribeirinho*,

às margens do reservatório; bem como as famílias que habitam o *Território Ribeirinho* ainda aguardam sua integralização com a aquisição das áreas de agricultura, fora da área de preservação permanente (APP) do reservatório, a serem compradas e destinadas pela empresa Norte Energia.

Como dito, o Conselho Ribeirinho, com apoio do grupo interinstitucional, elaborou um mapa de zoneamento das áreas requeridas para o *Território Ribeirinho* e uma proposta para reocupação das margens do reservatório, contendo áreas de uso na beira do reservatório, áreas agricultáveis, áreas destinadas aos extrativismos e conservação ambiental. Esta composição possibilita que as famílias que foram reconhecidas pelo Conselho recebam um *lugar* na beira do reservatório, área para agricultura e todo o suporte para que de fato seja recomposto o modo de vida ribeirinho. Possibilita também que as famílias que receberam *pontos* de ocupação na primeira fase conduzida pela Norte Energia, tivessem oportunidade de mudar de *ponto* para um lugar que atendessem melhor a necessidade de cada família.

Apesar do projeto ter sido aprovado pelo IBAMA em 2019, a Norte Energia protocolou, em 2020, uma nova proposta para diminuição das áreas que estavam sendo pleiteadas pelos ribeirinhos e a redução do número de famílias atendidas, por meio de um “Estudo de fragilidade social” em que apontava as condições físicas e mentais como critério para estar apta a voltar para o rio (ISA, 2020).

Neste cenário, em outubro de 2021 a Norte Energia realizou o pedido de Declaração de Utilidade Pública (DUP)⁷, documento necessário para aquisições das áreas solicitadas, à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) – órgão responsável por analisar os documentos para autorizar a DUP. A ANEEL suspendeu temporariamente o pedido devido, em parte, à falta de informações ou informações defasadas apresentadas pela Norte Energia (ABA 2023) e, em parte, pela atuação de grupos políticos locais que não têm interesse em vender suas terras para a Norte Energia destinar ao *Território Ribeirinho*.

Diante do ritmo lento na realização da reterritorialização dos ribeirinhos atingidos às margens do Xingu, em março de 2023, em meio a investidas contra o *Território Ribeirinho*, o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da

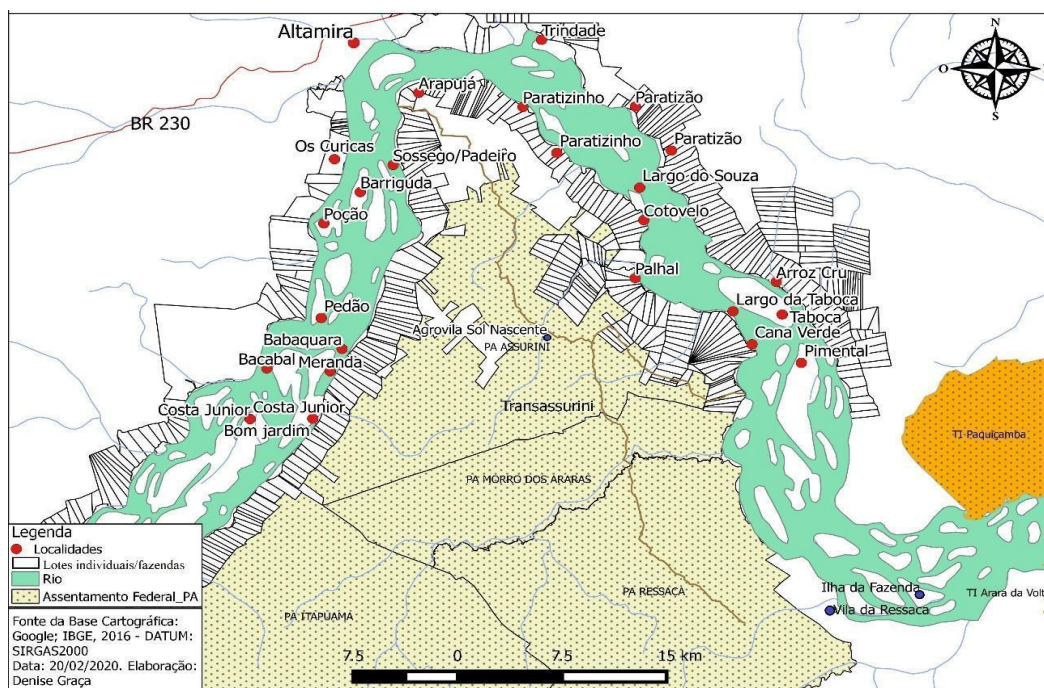
⁷ “A Declaração de Utilidade Pública (DUP) é um documento que declara que um determinado objeto será necessário para a prestação de um serviço público. A partir dessa declaração, o Poder Judiciário poderá proceder à desapropriação desse objeto ou à instituição de sua servidão administrativa.” (Brasil, 2022).

Associação Brasileira de Antropologia apresentou uma nota técnica expressando preocupação com a situação das famílias ribeirinhas e destacou a falta de ações que indiquem a efetivação do *território* para garantir os direitos das famílias e o cumprimento das condicionantes previstas no licenciamento ambiental (ABA, 2023).

A organização socioespacial: o antigo palhal

A localidade do Palhal estava situada a aproximadamente 35 km da sede do município de Altamira, na margem direita do rio, abaixo do trecho encachoeirado que se iniciava no Parati, no sentido em direção à Volta Grande do Xingu (Mapa 2).

Mapa 2 - Organização socioespacial do beiradão pré-Belo Monte



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Antes da barragem, as famílias viviam em ilhas e em terra firme, às margens do rio, em lotes regularizados pelos projetos de assentamento do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Na comunidade, existia forte relação de parentesco, vizinhança e compadrio, tais relações davam base para as mobilidades no território e acesso aos recursos naturais. As principais referências na paisagem eram a cachoeira do Palhal e a ilha do Palhal, onde havia o cemitério dos antigos. O campo de futebol ficava

nas terras de D. Antônia, onde frequentemente eram realizados jogos, que possibilitaram o encontro com a vizinhança do Palhal e outras localidades.

A cidade era o local onde as famílias tinham acesso ao mercado para compra de itens de necessidades básicas, vendas de peixes e produtos agrícolas e florestais não-madeireiros, assim como acesso à unidade básica de saúde e escola, pois na comunidade havia apenas uma escola municipal de ensino fundamental. Dessa forma, muitas famílias tinham casas na cidade também, principalmente nos baixões⁸ e periferia de Altamira. Na cidade as famílias participavam de missas e cultos religiosos, já que a missa na capela da comunidade era realizada apenas uma vez por ano.

Uma das manifestações coletivas nessa região do Xingu eram os festejos dos santos e santas, assim como em muitas comunidades na Amazônia (Galvão, 1953). No Palhal era comemorado o festejo de Nossa Senhora da Conceição, que acontecia anualmente no dia 8 de dezembro na capela com o mesmo nome, nas terras da ribeirinha D. Antônia.

O festejo que a princípio era organizado pela família de D. Antônia, depois passou a ser organizado coletivamente, junto aos os(as) vizinhos(as) e amigos(as) do Palhal. Participavam do festejo pessoas de comunidades próximas ao longo do rio, e até mesmo do Assurini e de Altamira. As famílias do Palhal levavam redes para dormir na casa de D. Antônia nesse período para poder contribuir com a organização e acompanhar a programação do festejo, que durava dois dias.

“ANTES A GENTE TINHA UM RIO, AGORA A GENTE TEM UM LAGO”

No nosso rio nós andava, cantava alegre e sorria.
Diferente desse lago, onde nós anda hoje em dia.

O rio era nossa vida, a nossa mãe verdadeira.
Antes o nosso rio não existia barreira.

Mas depois de Belo Monte só ficou a bagaceira.
Eu sei que muitos entende, mas eles não quer nem saber,
que nós ama o rio e a nossa terra, isso eles podem crer...
É dele que nós tira o sustento que é pra nós sobreviver.

Que quando eu ando nesse lago, lamentando a minha dor.
Olhando para a natureza, nossa maior riqueza que Belo Monte
acabou, isso se torna uma revolta [...]
(Leonardo Batista, 2019).

⁸ Baixões são áreas com terrenos alagadiços e que sofriam por inundações sazonais, durante o inverno amazônico, devido as cheias dos igarapés Panelas, Altamira, Ambé e do rio Xingu. Essas áreas estavam distribuídas em doze bairros de Altamira e se caracterizavam principalmente pela forma de ocupação espontânea e construções de palafitas (Nunes, 2021).

A poesia do ribeirinho Leonardo Batista, conselheiro, mais conhecido como Sr. Aranô, recitada em 8 dezembro de 2019 durante a comemoração do terceiro aniversário de criação do *Conselho Ribeirinho*, expõe um sentimento comum entre os atingidos(as) por Belo Monte, que é o sentimento de tristeza ao olhar para a paisagem destruída. Esse trecho do rio que era vida, que era mãe provedora de sustento para as famílias ribeirinhas, passou por intensas transformações não só na paisagem, mas nas relações que a comunidade estabelecia entre si e com a natureza.

A barragem literalmente representou um grande divisor de águas, uma vez que a vida ficou dividida entre antes e depois da sua construção. O tempo do rio é sempre lembrado como uma época de fartura de recursos florestais, da produção das roças, mas principalmente da pesca. Nesse tempo de afluência (Sahlins, 1978) os momentos de confraternização e lazer nas praias eram sempre regados pela partilha dessa abundância:

Eu morava aqui, e dia de sábado, essa minha comadre [Dona Antônia] mulher do compadre Lucimar, ela mandava dizer pelo Albino, filho dela: olha fala lá para o compadre João que sábado, nós vamos para praia. Ela já tinha convidado umas 70 pessoas, lá do outro lado, que chama Arroz Cru. Aquele Parati... Quando era de manhã, dia de sábado, só via canoa nesse meio de mundo aí, tudo para lá... Cansei de levar uma lata de farinha, ela levava duas, todo mundo que vinha daí trazia, fazia aquele ranchão... Aí menino ia brincar na praia o dia todinho e os pescadores iam tudo jogar tarrafa, o cabra não dava conta de comer, não... cansei de ir para as pontas de praias no santo Antônio ali e encher a canoa só de curimatã e pacu branco, só na tarrafa e os outros que vinham?! Então aquilo aí era fartura. Quem bebia, trazia seu gorozinho para tomar, então era assim, vida boa (Sr. Turú).

O rio passou por intensas transformações. As pessoas que continuaram pescando mesmo depois da expulsão foram percebendo gradativamente tais mudanças. Outras pessoas só viram de fato as mudanças quando foram chamados pela empresa para receber o *ponto* às margens do reservatório.

Nesses primeiros anos vivendo às margens do reservatório, a paisagem de antes da barragem permanece forte na memória das pessoas, o Sr. Lindolfo Aranha conta sobre essa transformação da região do Palhal:

Aqui onde nós moramos, no Palhal, só vinha para cá quem já conhecia essa região, porque tinha uma cachoeira [Cachoeira do Palhal] que para quem tinha um motor parece esse meu era poucos que subia, só quem conhecia o canal, que formava aquele paredão de pedra e tinha só um lugar certo onde a água descia que a gente podia passar naquele lugar, não era em todo lugar. Hoje não, todo mundo pode passar aí [...]. Quem não conhecia e chega agora e ver a gente contando o que acontecia há dez anos atrás, o cara pensa que até que a gente tá mentindo [...]. Não sabe nem como era o rio! É outro lugar, muito diferente, antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago (Sr. Lindolfo).

A cachoeira do Palhal era respeitada/temida pelos ribeirinhos. Nesse trecho morreu muita gente “alagada” depois das embarcações colidirem com as pedras. Contudo, complementar ao risco de afogamento, também existem relatos de mortes em decorrência de malária adquirida no local, há muitos anos. Segundo a história local, este foi, inclusive, o motivo de ter um cemitério na antiga Ilha do Palhal.

Para evitar tantas perdas decorrentes dos “alagamentos” durante a travessia pela cachoeira, os ribeirinhos deixavam as coisas no porto de uma família, que se localizava antes da cachoeira, e subiam um pequeno morro antes de descer em outro porto, já abaixo da cachoeira. Este método permitia que o piloto passasse com a embarcação mais leve e, assim, evitava acidentes.

O sr. Turú (77 anos) nasceu e se criou na região do alto Xingu. Chegou ao Palhal em 1978 e relata que escolheu a Ilha Grande para viver e criar seus filhos e filhas porque achou o lugar muito bonito. Com saudade, descreve com muitos detalhes a região do Palhal naquele momento de chegada:

De frente era a coisa mais bonita do mundo. Tinha uma praia chamada Praia Chata. Ela descia nesse meio de mundo aí e ia bater na Taboca⁹ [no período do verão]. Muito grande, tartaruga botava aí, era umas 40 tartarugas, botava aí, até esse meu menino [Hildo, 46 anos] alcançou ainda. Tinha outra ilha de frente que chamava Praia do André, lá eram 25 tartarugas que botavam todos os anos, [no] barrancão grande que tinha... Isso era a coisa mais linda que tinha aí, era gostoso. Hoje pra gente ver do jeito que tá... quem conheceu aquela época pra chegar agora e olhar, você chora, oh.

É gerado um sentimento de tristeza não somente ao recordar a paisagem e os lugares importantes para os ribeirinhos, mas também ao olhar para a paisagem destruída. Os sentidos mobilizados na comparação entre a paisagem anterior ao barramento do rio e a paisagem contemporânea resulta em um misto de dor e revolta, tal como expresso no poema de Sr. Aranô.

Segundo Valencio (2013), a experiência de desastre ambiental causa um sofrimento coletivo sobre o território destruído semelhante ao que a guerra provoca. Apesar disso, as pessoas não medem esforços para detalhar uma paisagem que agora só existe nesta memória coletiva, como se fosse com a intenção de fazer com que o gravador ou o celular, que gravava a entrevista, eternizasse de alguma forma o lugar de que falavam.

⁹ Ilha próxima de onde hoje está a barragem de Pimental.

“A memória coletiva é, sem dúvida, uma das maneiras mais importantes pelas quais os povos se localizam num espaço geográfico” (Little, 1994, p.6). No caso estudado, o alagamento causou a destruição das bases materiais do território de tal maneira que as pessoas andavam pelos lugares e não reconheciam onde viveram por muitos anos ou a vida toda, principalmente para quem morava nas ilhas que foram completamente submersas. Isto provocava uma angústia difícil de esconder¹⁰.

O alagamento provocou mudanças significativas no ecossistema local, como notadamente nas ilhas, praias e cachoeiras, que foram submersas ou nas áreas mais altas e topo de morro de terra firme que emergiram como ilhas novas, além das dinâmicas naturais referentes aos ciclos das águas, de renovação da fertilidade dos solos e da caça (Magalhães; Cunha, 2017).

Dessa forma, as tartarugas relatadas por Sr. Turú desapareceram da região, assim como diversos peixes comestíveis, como o pacu de seringa, e ornamentais, como o zebrinha¹¹. Os pássaros também, que ficavam nas pontas de praias e sarobas¹², como o maçarico, cacural, gaivota grande, corta água, periquitos, galega, entre outros, que desapareceram depois do alagamento, segundo os ribeirinhos.

O rio que foi fonte provedora de alimentos e renda para as famílias ribeirinhas, com uma natureza viva, com as águas correntes, reprodução de diversos animais aquáticos, de vegetação de igapós “verdes” cheios de vida, agora se transformou em um lago com águas paradas, quente, escura/sujas, profundas e desconhecidas e que provocam medo (Graça; Oliveira, 2019).

Assim, depois da barragem, a temporalidade que abriga a vida em torno do lago está sendo caracterizada por um período de limitação de recursos, causada por todas as transformações ambientais decorrente do enchimento do reservatório, mas também pelas

¹⁰ Em 2018 uma ribeirinha chegou a emocionar-se, contando-me que não sabia onde ficava a ilha em que viveu e criou os filhos. Em junho de 2019, ela fez questão de me levar até o local da morada antiga ou o que restou da sua ilha. Ali encontramos apenas as árvores e galhos mortos e secos: resquícios do que antes era o sítio e o local da casa.

¹¹ Espécie endêmica do Xingu. “O marcado caráter sazonal do rio, seu amplo gradiente e sua complexa geomorfologia (com diversos canais entrelaçados cuja largura vai de alguns metros a vários quilômetros) criam uma impressionante heterogeneidade de habitats, que contribui para a manutenção de uma fauna de peixes única no mundo” (Fitzgerald *et al.*, 2018, p.2).

¹² São ecossistemas de “formações pioneiras arbustivas associadas aos pedrais, tanto de porte arbustivo/arbóreo, quanto essencialmente arbustivo” (Ferreira; Neckel; Tavares, 2008, p10).

restrições de uso do lugar por se tratar da APP¹³ do reservatório, sendo assim descrito como um tempo de escassez (Sahlins, 1978).

As memórias sobre as transformações do rio são sempre atravessadas pelas relações sociais da comunidade, como elementos indissociáveis que são. Quando se fala do rio da abundância, evoca-se a partilha de alimentos que o rio e as relações sociais proporcionavam. No entanto, a expulsão causou uma grande desarticulação dessas relações e no “retorno para o rio” – como dito anteriormente – os vizinhos já não eram os mesmos. Nesse sentido, Sr. Turu enfatiza:

É outro lugar, o ritmo é outro, pessoal é outro, não é mais aquele, aí ficou tudo diferente, acabou... Antigamente isso aí era a coisa mais linda do mundo. Dia de sábado para domingo formava aquele grupo de 80, 70 homens e mulheres, nós ia para aquelas praias grandes, fazer rancho só para ir passear, tomar banho, pegar peixe e comer lá assado, era bom demais... hoje não existe isso mais.

Um povo em diáspora, no caso, causada pela expulsão da beira do rio “tende a congelar no tempo o lugar originário” (Little, 1994, p.11), no entanto, quando voltaram para a beira do rio, o lugar já não era mais o mesmo. Contemporaneamente se tornou o reservatório ou lago de Belo Monte.

Diante dessas grandes transformações socioambientais relatadas sobre o lugar de origem dos ribeirinhos, destaca-se que no caso estudado não se trata de um retorno para o território tradicional, mas sim da construção de um novo território às margens do reservatório que aponta, alegoricamente, para aquele lugar anterior, referido mnemonicamente, como lastro socioambiental e psicológico de legitimidade deste – posterior ao barramento do rio, nomeado *Território Ribeirinho*.

Recomposição das relações sociais e grupos domésticos

Antes da barragem as relações sociais, de parentesco e de vizinhança estabelecidas na comunidade, geralmente baseados na reciprocidade (Sabourin, 2008), garantiam o acesso aos recursos, trocas de alimentos, troca de dias de trabalho e segurança, pois os vizinhos sempre avisavam de onças ou pessoas desconhecidas circulando na comunidade.

¹³ O uso e gestão dessas áreas de APP de reservatório possui uma legislação específica, prevista no Código Florestal por meio do Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos e estabelecida no âmbito do licenciamento ambiental, por meio do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios (PACUERA).

Assim como possibilitavam compartilhar de momentos de fé e lazer, que marcaram a vida no Xingu antes da expulsão.

Como visto no tópico anterior, a forma como foi conduzida a destinação dos *pontos* não considerou as relações sociais estabelecidas antes da barragem, diferente do modo como está sendo conduzida após a formação do *Conselho Ribeirinho*, no qual essas relações, principalmente de parentesco, têm relevância no processo de escolha do local da nova morada. No entanto, não se pode negar a habilidade do campesinato amazônico de se recriar em novos contextos e de construir novos grupos domésticos e de vizinhanças (Hébette; Alves, J; Quintela, 2002).

As famílias reassentadas retornaram à beira do Xingu (agora como reservatório) em momentos diferentes, sendo a maioria no final de 2016. Independentemente do momento, a chegada, sem conhecer ninguém, não foi fácil. A família do Sr. Grande e D. Edilane (oriundas do Arroz Cru), depois do deslocamento, não conseguiram viver por muito tempo na terra em Medicilândia, para onde foram inicialmente reassentados a partir do recebimento de uma carta de crédito. O pai da D. Edilane, que recebeu um *ponto* no Palhal 2016, quando não conseguiu trabalhar na terra, foi viver na cidade e deu a casa do Palhal para a filha e família, que chegaram em junho de 2019 e contam sobre esses primeiros cinco meses no lugar sem conhecer muita gente:

Lá (Arroz Cru) era tão bom que quando o vizinho não tinha mandioca no ponto a gente liberava pra ele tirar da nossa, assim a gente se ajudava. Aqui para conseguir um cacho de banana o cara tem que gostar muito de você, eu pedi uma muda de banana ali do outro lado, eles não me deram, disseram se desse ia matar a roça dele de banana (Sr. Grande).

Assim sendo, viviam de forma mais isolada, como dizem: “a gente não atravessa pra canto nenhum”; somente no final do mês quando iam à cidade que tinham contato com familiares e amigos.

Aos poucos, as novas amizades que fizeram no Palhal foram fundamentais para a permanência da família. Dois vizinhos mais próximos perceberam as dificuldades que a família enfrentava, pois eles não recebiam auxílio da *verba de transição*¹⁴, a roça ainda

¹⁴ Recurso equivalente a um salário-mínimo mensal, destinado às famílias ribeirinhas reassentadas, reconhecidas pelo Conselho Ribeirinho na primeira etapa ou reconhecidas pela Norte Energia (50 famílias) que ocupam regularmente os lugares para os quais foram reassentados ou que apresentam motivo plausível, perante a empresa, para não estar no *ponto de ocupação*. Entre os motivos plausíveis, estão: a) a não autorização dos órgãos de fiscalização para o reassentamento; b) o atraso no envio de material para construção das casas; c) o atraso na emissão de licença para construir a casa pelos municípios; d) problemas de saúde que demandem necessidade de permanência na cidade, entre outros

não estava produzindo e nem possuíam equipamento de pesca. Dessa forma, ajudavam-lhes, com alimentos, quando era possível e em seguida conseguiram para Sr. Grande um emprego de vigilante na escola do Palhal.

Cabe destacar que as famílias que chegaram ao Palhal em 2016, foram estabelecendo suas amizades com a vizinhança, pedindo e trocando mudas de sementes, ou foram se conhecendo por meio da pesca, ou dos mutirões organizados pela empresa de assistência técnica para as instalações de fossas sépticas. Nesse ritmo, aos poucos, as relações foram se estabelecendo.

A criação do Conselho Ribeirinho, por sua vez, proporcionou o reencontro de um grupo de pessoas que até então estavam sentindo isoladamente a dor coletiva da expropriação e da violação dos direitos. Para quem faz parte do *Conselho Ribeirinho* as redes de relações se estenderam para além da vizinhança do Palhal, tendo ligações com pessoas de todas as regiões do *Território Ribeirinho* e com a rede de apoio interinstitucional.

O Conselho tem atuado para o reconhecimento social das famílias que não haviam sido reconhecidas e, também, na elaboração do projeto de recomposição do modo de vida às margens do reservatório. Agora faz planos de construir um barracão, onde possam ser realizadas as reuniões no Palhal e até um campo de futebol. Todavia, como observa o Sr. Caramuru (66 anos), há equipamentos básicos a serem ainda construídos:

Olha, foi conversado, foi elaborado um esquema de fazer festo de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Luzia, não sei o que... era pra ter sido construído campo de futebol pra turma de divertir, morreu tudo, não saí nada, era pra ter sido construído uma igreja, também nada. Por isso eu solicitei na reunião, que em vez de construir esse tipo de coisa que não leva a nada às vezes, construía um posto de saúde, seria muito mais útil pra todo mundo.

Aos poucos as relações de reciprocidade e solidariedade vão ajudando a criar laços sociais mais fortes. Sr. Caramuru (66 anos) vive sozinho a maior parte do tempo na casa do Palhal (a esposa fica com os filhos que estudam na cidade). Agora pretende mudar de lugar, devido ao terreno ser muito íngreme e o porto ter muito banheiro¹⁵, mas pretende mudar para a mesma localidade – o Palhal – devido às relações já estabelecidas. Sr. Turú conta como é a relação com os outros vizinhos:

¹⁵ São ondas provocadas pelos fortes ventos, que dificultam a navegação no reservatório. O banheiro é comum em reservatório, inclusive Ertzogue e Zagallo (2018) abordaram a resignificação do termo para os barqueiros atingidos pela hidrelétrica de Estreitos, no Tocantins.

Seu Nelson aqui, seu João tudo a gente se dá muito bem. Lá com a Dona Francilene, Ademar são pessoas que quando a gente fala assim: “vem aqui”, logo eles vêm, eu vou lá... É assim, quando um precisa, pede outro, nunca deixa o outro sem nada, não existe isso. Aqui quando Seu Nelson sabe que eu não estou pescando vem aqui: “você quer um peixe?”, mesma coisa lá, quando eu sei que ele não está pescando, está cuidando só na roça, vou lá deixo um peixe pra ele comer, é assim que a gente faz... Bons vizinhos.

Apesar da desarticulação inicial, na região do Palhal três grupos domésticos aparentados receberão *pontos* relativamente próximos entre si. Como dois primos da família Pessoa (que não estavam em suas casas no momento que estive em campo); as irmãs Maria Francisca e Deuzina, com suas respectivas famílias, que embora estejam em uma região abaixo do antigo Palhal, são representados pelo Conselheiro do Palhal; e o casal e a irmã deste D. Francilene, da família Aranha.

O casal (D. Joana e Sr. Lindolfo) foram os primeiros a escolher o *ponto* na região do Palhal. Posteriormente, D. Francilene descobriu que havia um *ponto* disponível próximo ao do irmão, sobre o que relata: “eu escolhi aqui, porque eu pensei assim: como não tinha barco, vou pegar perto do Lindolfo [irmão], porque no dia que ele for lá pra baixo eu pego uma carona com ele”.

Por isso, logo quando chegaram ao *Território Ribeirinho*, sabendo da dificuldade da canoa para pesca, a sobrinha ia pescar de canoa e sempre deixava uns peixes para D. Francilene e família. Depois de algum tempo, Lindolfo deu uma canoa para a família. Os filhos e filhas de ambas as famílias estão morando no mesmo *ponto* de ocupação, em casas provisórias. Como forma de melhor representar estas situações, a Figura 1 mostra o esquema das famílias que ocupam a região do Palhal.

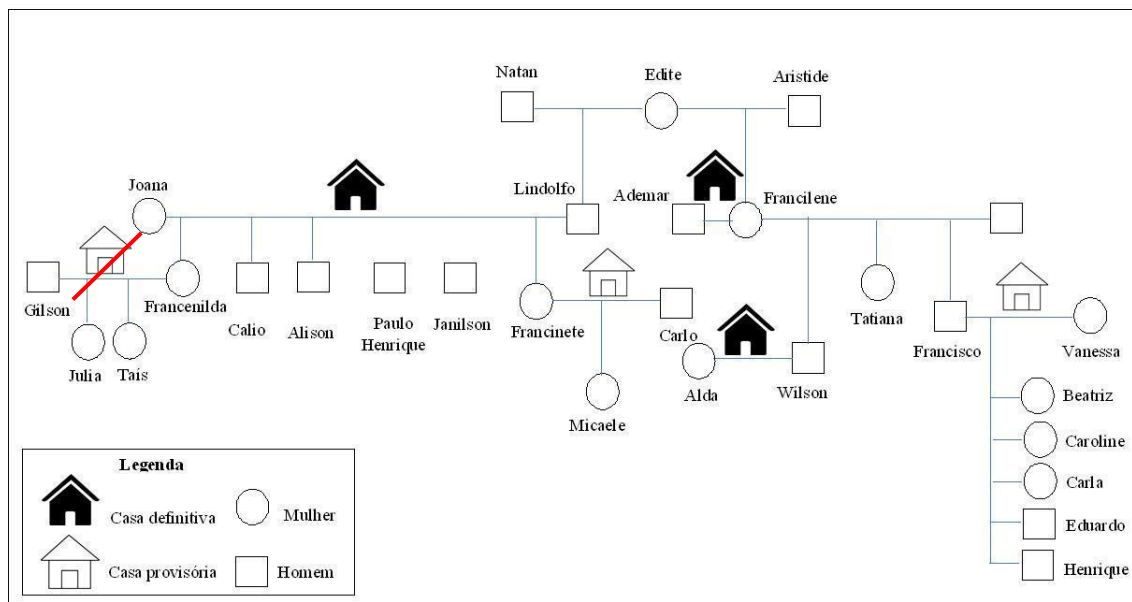
As casas provisórias são moradias das famílias que não receberam o kit moradia da empresa por não terem sido reconhecidas. Das famílias que receberam *ponto* no Palhal, cinco possuíam filhos que não foram reconhecidos(as), e que, portanto, não receberam um *ponto* no *território ribeirinho*.

Nestes casos, para garantir a reprodução social, adotaram variadas estratégias: três famílias decidiram fazer suas casas nas áreas dos pais; outros ou ficaram morando na cidade ou decidiram não voltar e ficar trabalhando como empregado na área rural, como vaqueiro e como motosserrista na região do Assurini e Transamazônica.

Entre os que ficaram no *ponto* dos pais, teve um grupo doméstico que logo no início fez um barraco de lona e no final de 2017 começou a construir um barraco de palha nas proximidades, onde plantou macaxeira, mandioca, milho, entre diversas frutíferas,

para que, conforme fossem colhendo as variedades anuais, ficasse formado o sítio em volta do local escolhido para construção da casa, enquanto esperavam o reconhecimento e distribuição dos kits de materiais de construção pela Norte Energia.

Figura 1 - Esquema das famílias que conseguiram se reagrupar na região do Palhal



Nota: A casa definitiva é referente ao grupo doméstico que recebeu o *ponto*, as casas provisórias são referentes a grupos domésticos que esperam receber os seus *pontos*. Observe que são três *pontos* reunindo cinco famílias. O risco em vermelho na casa provisória indica essa expulsão da família pela NESAs.

Entretanto, não tiveram nem tempo de colher a primeira safra do milho (que é colhido por volta de cinco meses), porque a Norte Energia mandou que eles tocassem fogo no barraco e esperasse a autorização para ocupação do *ponto*. Diante desta ocorrência, a família decidiu trabalhar em outros lugares enquanto o lugar de ocupação não fosse liberado. Na Figura 1 o risco em vermelho na casa provisória indica essa expulsão. Outros dois grupos domésticos, que fizeram suas casas dentro dos limites da unidade dos pais, conseguiram continuar.

A composição das famílias e/ou grupo doméstico é bem diversificada, vai desde pessoas que vivem sozinhas na casa da beira do reservatório até casal com cinco crianças. Algumas famílias se dividem entre a casa da beira e a casa da rua¹⁶, isso porque os filhos estudam na escola da rua e um adulto (pai ou mãe) fica acompanhando. Nessas ocasiões, tudo o que é produzido, coletado ou pescado é para o consumo das duas casas, assim

¹⁶ Termo local que designa a cidade, geralmente Altamira.

como outras rendas vindas de trabalhos na cidade também são investidas em ambas as casas, ou seja, para o sustento da família.

No que diz respeito à idade dos responsáveis do grupo doméstico 36,3% das pessoas são adultas (entre 45 e 59 anos), 33,3% são idosas (entre 60 e 90 anos), 27 % são adultas jovens (entre 25 e 44 anos) e 3% são jovens (entre 15 e 24 anos). Vale ressaltar que esses valores são referentes ao casal ou o(a) representante familiar, quando não há cônjuge. O ciclo de vida de cada grupo doméstico influencia diretamente no desenvolvimento das práticas que garantem a reprodução social ao longo do tempo (Garcia Junior; Heredia, 2009).

Os grupos domésticos que são compostos apenas pelo casal, estão em um ciclo de vida mais maduro na faixa etária adulta e idosa, nos quais os filhos já estão casados ou são independentes e vivem em outros lugares (com exceção de uma família em que o marido ainda está na faixa etária de adulto jovem e o enteado que vive na casa da cidade é dependente). Isso interfere diretamente na força de trabalho, reduzindo-a quando em comparação às outras fases da vida e, conseqüentemente, interfere no volume de uso dos recursos naturais.

Uma frase que eu ouvi as pessoas repetirem foi: “ah se eu tivesse essa terra há uns anos atrás”. Como se uns anos atrás tivesse força de trabalho muito maior para trabalhar na terra do que hoje, pois, inclusive, iniciar a vida nessa fase exige muito esforço. Começar a vida em um lugar em que tudo precisa ser plantado ou ter que descobrir onde tem os recursos necessários para coleta, aprender como se lida nesse novo meio natural exige muito esforço, tempo e dedicação. Isso é mais evidente ainda para as pessoas que vivem sozinhas e para os idosos.

No Palhal, entre os homens que moram sozinhos, quatro são idosos. Entre eles, três possuem membros do grupo doméstico, como esposa e filhos(as), que vivem na cidade. O outro, o filho fez a casa próximo a dele. Há um caso em que o senhor é idoso e separado da esposa, e os filhos são casados e vivem em outros lugares.

Além disso, há arranjos baseados na reciprocidade nesse novo território. O Sr. Caramuru pede para que o Sr. Turú fique na casa dele por enquanto, pois da última vez que ele saiu para ir à rua, roubaram 24 galinhas. Ademais das redes de vizinhança e parentesco que foram desarticuladas, alguns grupos domésticos foram modificados durante o processo de expulsão, o que exigiu uma recomposição para construção da vida no novo território.

A este exemplo, tem-se o caso de D. Alda (50 anos), que ficou viúva logo após a expulsão. Sendo assim, ela precisou estabelecer formas próprias de construção do novo espaço de vida e trabalho. Para isso escolheu um *ponto* em uma área de pasto, devido à falta de mão-de-obra familiar para cortar a mata para fazer roça. Como o único filho (19 anos) fica mais tempo na casa da cidade, ela convidou um senhor, morador de rua, para ficar no *ponto de ocupação* e ajudar nos trabalhos. Ele plantou macaxeira, mandioca, banana, entre outras. Não havia pagamento remunerado, o que prevalecia era a relação de reciprocidade e gratidão por ter tirado ele da rua.

Assim, ele fez um barraquinho separado para morar, mas a produção e consumo eram compartilhadas. Depois que este foi embora, sempre aparecia alguém pedindo para passar um tempo na ocupação. Um casal passou um tempo lá e nesse período, Dona Alda conheceu o Wilson (34anos), filho da atual vizinha. Não demorou a estes decidirem viver juntos.

Este não foi o único casamento no Palhal nesse início de construção do novo território; sabe-se de mais dois casais. Um deles é o Sr. Manduca (68 anos) e Maria (50 anos). Antes da barragem, ele vivia sozinho na região do Babaquara. Depois da barragem, no local que lhe foi ofertado ele tinha apenas um conhecido, que lhe deu manivas-semente para abrir uma roça. O Sr. Manduca construiu sozinho uma casa grande, a respeito da qual todo mundo lhe questionava: “pra que fazer uma casa tão grande pra viver sozinho?”. Ele sempre respondia que era para poder receber algum parente que fosse lhe visitar ou talvez encontrasse alguém que quisesse “comer um peixe junto com ele”. Acabou dando certo, porque pouco tempo depois ele conheceu Maria e decidiram morar juntos na casa recém-construída no Palhal.

Portanto, o casamento e os agregados representam formas de recomposição do grupo doméstico como estratégia para reconstruir a vida e fixar raízes na nova morada e assim ter base para reproduzir o modo de vida ribeirinho.

Considerações Finais

Apesar da luta das famílias ribeirinhas, inicialmente estar baseada no retorno para a beira do Xingu, “o rio não é mais rio” depois do enchimento do reservatório. E partindo do princípio de que o território não se restringe apenas ao espaço de origem, mas,

sobretudo às relações sociais que o constituem (Raffestin, 1993), o território de origem também já não é mais o mesmo, como vimos ao longo do trabalho.

Assim, o retorno para o rio neste contexto é uma forma analógica de se referir ao passado perdido, pois o lugar das famílias ribeirinhas agora só existe concretamente na memória, nas relações e nos conhecimentos, revelando o processo de construção de um novo território sobre as ruínas de um desastre ambiental (Tsing, 2019).

O primeiro passo em direção ao retorno para o rio foi quando as famílias ribeirinhas romperam com a invisibilidade imposta ao longo do processo de expulsão, por meio de denúncias de violações de direitos apresentadas à Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Estado do Pará, bem como ao MPF.

A experiência do início de construção de vida no *território ribeirinho*, às margens do reservatório, nos leva a refletir sobre o processo que na literatura comumente é abordado como reterritorialização, mas que aqui tratamos como construção de um novo território para dar ênfase ao fato de que o território pré-Belo Monte só existe concretamente na memória das famílias ribeirinhas.

As narrativas mostram que estes grupos invisibilizados e subalternizados por projetos ligados à dinâmica de expansão capitalista possuem historicidades, ordens culturais, sociais, econômicas, ecológicas e cosmológicas muito próprias (Wolf, 2005). Assim, ajudam a relativizar as narrativas e formulações coloniais que insistem em considerar essas sociedades como desprovidas de “experiência em construir seu próprio modo de vida” ou que as suas histórias tivessem iniciado quando agentes externos passaram a surgir diante delas (Sahlins, 2007, p. 534).

De todo modo, a construção de Belo Monte provocou efeitos socioambientais que foram sentidos durante o processo de expulsão dos ribeirinhos e vão muito além do enchimento do reservatório. Os efeitos desse processo são vividos até hoje na luta para a construção do *Território Ribeirinho* e reprodução do modo de vida tradicional.

Apesar da forma como foi conduzido o processo de ocupação do *Território Ribeirinho* na primeira fase pela Norte Energia, podemos dizer que as famílias do Palhal estão recompondo suas relações e até mesmo recompondo o grupo doméstico para garantir a reprodução social nesse novo ambiente.

No entanto, ainda existem diversas famílias que esperam desde 2016 para ocupar as áreas do *Território Ribeirinho*. Essa demora é devido a discrepância entre as

orientações do IBAMA e as iniciativas da Norte Energia para a efetivação do projeto, e isso resulta na perpetuação de danos e violações aos direitos dos ribeirinhos (ABA, 2023).

O *Território Ribeirinho* vem sendo construído desde 2016, por meio da proposta da ocupação elaborada com a participação do *Conselho Ribeirinho*, mas que ainda espera a efetivação. Mas também por meio da construção de casas, canoas, sítios, roças, das descobertas das novas áreas de pesca e extrativismo e das relações sociais reconstruídas, pois o modo de vida ribeirinho não atende ao horário comercial da sociedade moderna, ele também se reproduz de maneira orgânica e espontânea, independe de ordem estabelecida pela empresa.

Assim, a memória do território antes de Belo Monte que conduziu o processo de luta e resistência para voltar para o rio em busca da abundância que existia antes, mesmo onde agora só existe um lago, faculta a ocupação e permanência, apesar do rio não ser mais o mesmo. Agora, os ribeirinhos tentam superar a escassez, fortificando as relações sociais, ampliando os grupos domésticos e se articulando em forma de conselho. Enfim, evidenciam a sua capacidade de reconstruir o modo de vida em uma nova condição legal e ambiental que lhes permite construir um novo território no beiradão do Xingu.

Referências

ABA - Associação Brasileira de Antropologia. Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos. **Nota técnica - Prosseguem as investidas contra direitos dos Povos Tradicionais em Belo Monte**. ABA, 06 de março de 2023. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/nota-tecnica-prosseguem-as-investidas-contradireitos-dos-povos-tradicionais-em-belo-monte/>. Acesso em: 15 set. 2023.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. (Coleção Estudos e Avanços). NUPPEA: Recife, PE, Brasil. 2010.

BRASIL. **Portaria n. 3.207, de 26 de março de 2018**. Secretaria do Patrimônio da União. Seção 1, p. 166-168, 28 mar. 2018.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Declaração de Utilidade Pública (DUP), 14 de fevereiro de 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/declaracao-de-utilidade-publica-dup#:~:text=A%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Utilidade%20P%C3%BAblica,institui%C3%A7%C3%A3o%20de%20sua%20servid%C3%A3o%20administrativa>. Acesso em: 15 set. 2023.

DAOU, A. M. L. Os “desobrigados” da barragem: longe e perto do lago. Uma reflexão sobre o deslocamento compulsório em Sobradinho. *In*: MAGALHÃES, S.; BRITO, R.; CASTRO, E. (orgs.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1996.

ERTZOGUE, M. H.; ZAGALLO, A. D. A. No banheiro do lago: uma história sobre barqueiros e usinas hidrelétricas no Tocantins. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, 2018.

FERREIRA, L. V.; NECKEL, S.; TAVARES, V. D. C. **Descrição e análise da fauna e flora da região do Médio-Baixo rio Xingu**. Relatório final. 2008

FITZGERALD, D. B. *et al.* **Diversidade e estrutura das comunidades de peixes que habitam as corredeiras do Rio Xingu**: implicações para a conservação diante do desenvolvimento de uma hidrelétrica de grande escala. 2018

FRANCESCO, A. A. *et al.* O deslocamento forçado de ribeirinhos em Belo Monte. *In*: MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. da. (orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017. 448 p.

FRANCESCO, A. A. **Terror e resistência no Xingu**. São Paulo, SP: ISA – Instituto Socioambiental, 2021.

GALVÃO, E. **Vida religiosa do caboclo da Amazônia**. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, 1953.

GARCIA JUNIOR, A. R.; HEREDIA, B. A. de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. *In*: GODOI, E. P. de.; MENEZES, M. A. de.; MARIN, R. A. (eds.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. v. 2. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 213–243.

GRAÇA, D. S.; OLIVEIRA, M. C. C. de. "Antes a gente tinha um rio, agora a gente tem um lago": percepções sobre transformações no meio natural em comunidade ribeirinha atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Revista Agricultura Familiar (RAF)**, 13(2), ISSN 1414-0810, Belém, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18542/raf.v13i2.8710>

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO INTERINSTITUCIONAL. **Relatório do Processo de Reconhecimento Social**. Altamira: 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-deimprensa/documentos/2017/relatorio-de-reconhecimento-social-ribeirinhos>. Acesso em 10.09.19 Acesso em: 15 set. 2023

HÉBETTE, J; ALVES, J. M.; QUINTELA, R. da S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. *In*: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANHESCY, M. C. (org.). **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002. p. 175 – 202.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Parecer Técnico n. 126/2019-COHID/CGTEF/DILIC.** Disponível em: <https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/202/edit/2020-08/Parecer%20T%C3%A9cnico%20n.%20126%2019-COHID%20CGTEF%20DILIC-%20%20Projeto%20B%C3%A9sico%20Ribeirinhos%20%281%29.pdf> Acesso em: 3 set. 2023.

ISA – Instituto socioambiental. **Volta Grande: ribeirinhos conquistam direito de retornar para seu território após serem expulsos por Belo Monte, no Pará, 24 de novembro de 2020.** Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/volta-grande-ribeirinhos-conquistam-direito-de-retornar-para-seu-territorio-apos-serem-expulsos-por-belo-monte-no-para> . Acesso em: 15 set. 2023.

LITTLE, P. E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. **Textos de História.** Revista Do Programa de Pós-Graduação em História da UnB., v. 2, n. 4, p. 5–25, 1994.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Série antropologia, 2002.

MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. da (org.) **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte:** relatório da SBPC: São Paulo: SBPC, 2017. 448 p. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/belomonte.pdf> Acesso em: 15 set. 2023.

MAGALHÃES, S. M. B. **Lamento e dor.** Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 278 f. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **Conflitos e tensões em Altamira:** primeiros efeitos do Licenciamento “Parcial” de Belo Monte. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2011/05/10/conflitos-e-tensoes-em-altamira-primeiros-efeitosdo-licenciamento-“parcial”-de-belo-monte/> . Acesso em: 9 mar. 2019.

MPF – Ministério Público Federal. **Relatório de inspeção interinstitucional:** áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória do CHE Belo Monte. Altamira: 2015. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2015/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf/view >. Acesso em: 9 mar. 2019.

NUNES, P. B. **Belo Monte e a Extinção dos Baixões de Altamira-PA:** a difícil territorialização dos reassentados no RUC. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo (SP): Ática S.A, 1993.

RODRIGUES, M. M. B.; CAVALCANTE, M. M. A. Longe do rio, longe da cidade: UHE Belo Monte, deslocamentos compulsórios e segregação em Altamira (PA). **Ciência Geográfica** - Bauru, v. XXVI, n. 1, jan./dez. 2022.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23 n. 66, fev. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100008>

SAHLINS, M. D. A Primeira Sociedade da Afluência. In: CARVALHO, E. A. (ed.). **Antropologia econômica**. Ciências humanas, 1978. v. 1, p. 7–44.

SAHLINS, M. Cultura na prática. Tradução Vera Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

SIGAUD, L. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as Barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (org.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. Aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. Rio de Janeiro: Marco Zero/Núcleo de Publicações da COPPE, 1986.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Edição: Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019, 287p.

VALENCIO, N. "Dos desastres recorrentes aos desastres à espreita". In: ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (eds). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais., Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013, p. 204–236.

VILLAS-BÔAS, A. *et al.* Recomendações para o planejamento do território ribeirinho. In: MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. da (orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC. [livro eletrônico] São Paulo: SBPC, 2017. 448 p. Disponível em <https://portal.sbpcnet.org.br/livro/belomonte.pdf> Acesso em: 15 set. 2023.

WOLF, E. R. **A Europa e os povos sem história**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Recebido em 27/11/2023.

Aceito para publicação em 19/04/2024.